

Segurança Hídrica, Riscos e Conflitos na Instalação de Usinas Hidrelétricas: A Experiência de Comunidades Vulneráveis na Amazônia

Water Security, Risks and Conflicts in the Installation of Hydroelectric Plants: the Experience of Vulnerable Communities in the Amazon Region

DOI:10.34117/bjdv6n11-568.

Recebimento dos originais: 19/10/2020

Aceitação para publicação: 26/11/2020

Kleverton Melo de Carvalho

Doutor em Administração e em Direito

Estágio de Pós-Doutorado na Indiana University

Instituição: Universidade Federal de Sergipe – UFS

Endereço: Avenida Marechal Rondon, S/N, CCSA 2 -DAD. Bairro Rosa Elze, São Cristóvão SE,49100-00

E-mail: kleverton-carvalho@uol.com.br

Maria Elisabete Pereira dos Santos

Doutora em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal da Bahia – UFBA

Escola de Administração - UFBA, Departamento de Finanças e Política Pública.

Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n Vale do Canela. 40110-903 - Salvador, BA

E-mail: betesantos@ufba.br

Alessandra Cabral Nogueira Lima

Doutorado em Administração (tese defendida)

Instituição: Universidade Federal da Bahia – UFBA (aluna de doutorado) e Universidade Federal de Sergipe – UFS (Docente)

Escola de Administração - UFBA, Departamento de Finanças e Política Pública.

Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n Vale do Canela. 40110-903 - Salvador, BA

E-mail: ale.cnogueira@gmail.com

Jefferson David de Araújo Sales

Doutorado em Administração

Instituição: Universidade Federal da Bahia – UFBA (professor convidado) e Universidade Federal de Sergipe – UFS (Docente)

Endereço: Avenida Marechal Rondon, S/N, CCSA 2 -DAD. Bairro Rosa Elze, São Cristóvão - SE, 49100-00

E-mail: profsales@hotmail.com

Mai-Ly Vanessa Almeida Saucedo Faro

Doutorado em Administração (tese defendida)

Instituição: Universidade Federal da Bahia – UFBA (aluna de doutorado) e Universidade Federal de Sergipe – UFS (Docente)

Escola de Administração - UFBA, Departamento de Finanças e Política Pública.
Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n Vale do Canela. 40110-903 - Salvador, BA
E-mail: maily.ufs@gmail.com

Edjane Maria Oliveira da Silva

Doutorado em Administração (em andamento)

Instituição: Universidade Federal da Bahia – UFBA (aluna de doutorado) e Universidade Federal de Sergipe – UFS (Docente)

Escola de Administração - UFBA, Departamento de Finanças e Política Pública.
Endereço: Av. Reitor Miguel Calmon, s/n Vale do Canela. 40110-903 - Salvador, BA
E-mail: edjanemoliveira@gmail.com

RESUMO

A noção de Segurança Hídrica tem sido comumente adotada como a disponibilidade de água segura para pessoas, ecossistemas e iniciativa econômica. Neste âmbito, a dimensão dos conflitos tem sido emergente na Amazônia, em especial entre poder público, usinas hidrelétricas, comunidades e defensores dos ecossistemas, no qual o lado mais prejudicado é quase sempre o dos mais vulneráveis. O objetivo central deste trabalho é analisar experiências de indígenas e ribeirinhos, no contexto da segurança hídrica, riscos e conflitos decorrentes da instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia. A abordagem e o método utilizados são de inspiração fenomenológica, cujo objeto são os sentidos atribuídos à experiência vivida. Como fontes de evidência, foram investigados 16 estudos acadêmicos sobre os impactos das hidrelétricas nas experiências de comunidades indígenas e ribeirinhas, no contexto da segurança e do risco. Os resultados nos mostram que no processo de instalação de usinas hidrelétricas os territórios indígenas e das comunidades ribeirinhas vivenciam um processo de violência similar ao período de ocupação portuguesa, resultando em um sentido de morte na capacidade de reprodução sociocultural dos vulneráveis, o que finda por gerar ao país uma perda irreparável em seu patrimônio imaterial.

Palavras-chave: Segurança hídrica; conflitos; usinas hidrelétricas; Amazônia

ABSTRACT

The notion of Water Security has been commonly adopted as the availability of safe water for people, ecosystems and economic initiative. In this context, the dimension of conflicts has been emerging in the Amazon, especially among public authorities, hydroelectric power plants, communities and defenders of ecosystems, in which the most affected are vulnerable communities. The main objective

of this work is to analyze the experiences of indigenous and riverine people, in the context of water security, risks and conflicts arising from the installation of hydroelectric plants in the Amazon. A phenomenological approach and method were used, whose object are the meanings attributed to the lived experience. As a source of evidence, 16 academic studies were investigated, examining the impacts of hydroelectric dams on the experiences of indigenous and riverside communities, in the context of security and risk. The results show us that in the operation of installing hydroelectric plants, indigenous territories and riverside communities experience a process of violence similar to the period of Portuguese occupation. This situation reflects in a sense of death in the socio-cultural reproduction capacity of the vulnerable people, generating to the country an irreparable loss in its intangible heritage.

Keywords: Water security; conflicts; hydroelectric plants; Amazon Region

Introdução

As usinas hidrelétricas têm gerado significativos impactos socioambientais na Amazônia. O cenário é de risco para o ecossistema amazônico – está em discussão no sistema legislativo brasileiro projetos de lei e propostas de emendas constitucionais que visam eliminar licenciamentos e reduzir a proteção a unidades de conservação e terras indígenas, ampliando investimentos. Existem cerca de 80 plantas hidrelétricas na parte brasileira da Bacia Amazônica, em funcionamento ou com construção em andamento, o que à despeito do discurso governamental vem destruindo profundamente os ecossistemas e ampliando emissões de carbono no planeta (FEARNSIDE, 2019). A produção de energia hidrelétrica tem sido apresentada como essencial em um contexto de segurança energética para o Brasil, mas não se deve desconsiderar que esta possui um nexo direto com a chamada segurança hídrica – SH (ALBRECHT; CROOTOF; SCOTT, 2018). Emergindo como uma confluência entre diferentes fatores - riscos e incertezas, enfoque precautório na gestão pública, ascensão do acesso à água como um direito humano e até mesmo uma perspectiva geopolítica - o conceito da segurança hídrica se encontra em plena construção (CARVALHO, 2016). De maneira bem sintética, a noção comumente adotada considera disponibilidade de água segura para pessoas, ecossistemas e iniciativa econômica (ONU, 2013, CARVALHO, 2019b).

A visão de segurança dialoga diretamente com a existência de conflitos. O que se vê na Amazônia é um cenário de embates entre poder público, usinas hidrelétricas, comunidades e defensores dos ecossistemas, no qual o lado mais prejudicado é quase sempre o dos mais vulneráveis (COSTA; VASCONCELOS SOBRINHO; ROCHA, 2018; CARVALHO, 2020). Considerando que o conceito

de SH envolve o acesso às águas e a solução pacífica de conflitos entre múltiplos usuários e que ainda não existe um *corpus* de estudos empíricos que evidencie a perspectiva do afetado no contexto da construção de hidrelétricas na Amazônia, o objetivo central deste trabalho é analisar experiências de indígenas e ribeirinhos, no contexto da segurança hídrica, riscos e conflitos decorrentes da instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia.

De inspiração fenomenológica, na linha transcendental de Edmund Husserl, o presente texto se propõe a fazer emergir algumas essências que podem nortear novos passos para a construção de um conceito de SH mais pautado na experiência (SANDERS, 1982). A fenomenologia como olhar perscruta a subjetividade do ser no mundo. Nosso artigo examina experiências de grupos vulneráveis impactados pela construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, assumindo que “na raiz da experiência todo pensamento sobre algo é consciência de si mesmo” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 497) e que a realidade se baseia em experiências compartilhadas, de “consensos e construções individuais, incluindo as construções do investigador” (HOWELL, 2013, p. 87). Conflitos podem ser um interessante caso de análise fenomenológica e a dimensão dos significados para os excluídos ainda representa uma fronteira pouco conhecida na Amazônia.

Consideramos, aqui, o pressuposto de que o pesquisador deve buscar ser leal tanto quanto possível à maneira como o referido fenômeno é vivenciado pelos envolvidos com a experiência (SANDERS, 1982; GIORGI; SOUSA, 2010). Examinando estudos acadêmicos já publicados sobre os impactos das hidrelétricas nas experiências de comunidades indígenas e ribeirinhas, no contexto da segurança e do risco, as análises do estudo se pautaram em duas lentes teóricas principais: a noção de sentido, utilizada para compreender a percepção acerca da experiência vivida, revelando estruturas essenciais de uma subjetividade transcendental (HUSSERL, 2012); dentro da visão de segurança, a noção de risco, que combina a probabilidade de um evento advir e suas decorrências (HOPKIN, 2017).

A visão de segurança hídrica e a análise fenomenológica do risco

Ainda não existe uma definição que represente um consenso para segurança hídrica. Para as Nações Unidas, a visão de SH deve ser vista como uma sistematização de aspectos como: (i) acesso humano à água limpa e potável; (ii) proteção dos meios de subsistência, direitos humanos e valores culturais e recreativos; (iii) preservação e proteção dos ecossistemas; (iv) disponibilidade de água para o desenvolvimento econômico (agricultura, indústria, energia, transporte, etc.); (v) capacidade de lidar com riscos relacionados à água, como inundações, secas e poluição, entre outros; (vi) boa governança,

responsabilidade, regimes jurídicos adequados e eficazes, instituições transparentes, participativas e responsáveis, infra-estrutura e desenvolvimento de capacidades (ONU, 2013).

Essa perspectiva conceitual nos parece genérica, desarticulada e insuficiente para contemplar a escala local na Amazônia, região complexa e dotada de imensa disponibilidade hídrica, mas nem por isso isenta de conflitos de diferentes magnitudes relacionados às águas e aos interesses que as rodeiam. Portanto, a discussão sobre segurança hídrica para o amazônica não deve se pautar apenas na questão do acesso. Como base para justificar um novo olhar, faz-se prioritário compreender as origens epistemológicas dessa nova perspectiva. Staddon e James (2014) sustentam que a necessidade de uma orientação mais pautada na ação fortaleceu a visão de SH, fazendo-a ultrapassar a ideia abstrata de “água sustentável”, comum na primeira década do milênio. A visão de segurança é parte do que qualificamos como sociedade do risco, que permite melhores decisões (HALL; BORGOMEU, 2013).

Por essas razões, aqui adotamos a gestão baseada no risco como eixo central da busca pela segurança hídrica. Diferentes têm sido os esforços para desenvolver classificações para o risco. Pesquisadores como Lupton (2013) e Burzyński e Burzyński (2014) qualificam o risco com sua probabilidade de acontecimento e caráter da percepção que o envolve. Geralmente, o risco é avaliado como *real* quando é medido de maneira objetiva e técnica, sem considerar discursos, processos sociais e culturais e até mesmo a subjetividade de quem o vive. O risco é qualificado como resultante de um *construtivismo forte* quando são considerados discursos e práticas dentro de um contexto de historicidade, social e politicamente contingente. Esse tipo observa aspectos “duros” - classe social, contexto socioeconômico, alterações demográficas, avanços tecnológicos e formatos organizacionais (LUPTON, 2013; BURZYŃSKI; BURZYŃSKI, 2014).

Mais relacionado ao que adotamos neste artigo, outra classificação é o risco determinado por um *construtivismo fraco*, pautado na dimensão simbólica e fenomenológica de contextos socioculturais. Esta possibilidade pressupõe não vínculo às imagens “duras”, voltando-se para uma perspectiva “*soft*” do tecido social, percebido como um molde fluido, moldando ações e interações sociais com base em significados, símbolos, regras, valores, normas, códigos e maneiras de discurso. A convivência social facilita a troca intencional de padrões culturais que derivam na construção coletiva de práticas sociais intersubjetivas (LUPTON, 2013; BURZYŃSKI; BURZYŃSKI, 2014). Em uma epistemologia construtivista social, a fenomenologia do risco tem crescido como campo de estudo com a necessidade de segurança dentro da chamada sociedade do risco. Beck (2015) propõe que a visão de segurança deve considerar os riscos do pior cenário possível para ser desenvolvida. Tal conexão entre segurança e risco torna necessária a compreensão sobre experiências e percepções do que

representa risco, o que se dá pela consciência. O risco sinaliza incerteza e medo e se manifesta como sensação de impossibilidade para controlar o futuro. Reporta-se a contextos e eventos que podem gerar danos ou representar perigos (HUSSERL, 2012; LUPTON, 2013; BECK, 2015).

Uma fenomenologia da segurança e do risco idealiza o objeto como uma categoria de caráter cognitivo, conformando a visão de identidade e possibilitando superação de desafios e aprendizagens sobre si mesmo e sobre o mundo. Logo, a experiência com o risco é construída a partir de uma visão compartilhada de significados entre distintas visões de mundo (LUPTON, 2013; BURZYŃSKI; BURZYŃSKI, 2014). De acordo com Burzyński e Burzyński (2014), o risco é sempre sentido coletivamente, sinalizando que avaliar e definir perigos naturais e gerados pelo homem resultam em uma necessidade coletiva de socializar, tornando as experiências em um padrão discursivo público. Assim, lidar com o risco não é fruto apenas da vivência ou julgamento interno de um indivíduo, resulta de engajamento intersubjetivo, em um processo de comunicação e negociação de significado e valor. O assentimento aos riscos e seu gerenciamento guardam dependência de consensos coletivos, gerando percepções coletivas e táticas grupais de enfrentamento.

O caráter intersubjetivo do risco refere-se à visão de que construção coletiva, interações interpessoais culturais e padrões de comportamento para obter uma percepção coletiva de segurança formam aspectos explicativos importantes. Portanto, risco e segurança são constructos culturais, envolvendo ordens morais reforçadas por valores, normas e estilos de vida em determinadas comunidades. A experiência relacionada ao risco determina mobilizações sociais, tornando a consciência do risco uma expressiva mola social, capaz de converter percepções individualizadas acerca de perigos em um tecido intersubjetivo gerador de ações coletivas (DOUGLAS, 2013). Guardando particular interesse para nosso estudo, os riscos se distribuem de maneira diferente nos grupos sociais e as construções coletivas muito se relacionam às desigualdades de natureza socioeconômica. Grupos mais vulneráveis geralmente formam “comunidades imaginárias”, em uma perspectiva fenomenológica de unidade, ante riscos comuns (HOLSTEIN; MILLER, 1993; LUHMANN, 1993; HUSSERL, 2012; BURZYŃSKI; BURZYŃSKI, 2014).

Tais considerações são determinantes para a existência de conflitos sociais ou obtenção de apoio de comunidades a projetos que alteram contextos naturais para obras de infraestrutura na Amazônia. As vivências socioeconômicas e culturais interferem, de maneira direta ou não, na capacidade de reagir, nos processos comunicativos e na confiança dos protagonistas sociais afetados. Por conseguinte, experiências coletivas podem intervir na percepção de segurança ou na formação de um consenso coletivo de riscos que ameaçam a comunidade, impulsionando conflitos sociais

(BURZYŃSKI; BURZYŃSKI, 2014; MAÑEZ *et al*, 2016), algumas vezes de maneira capital, envolvendo perdas dos mais variados tipos para os envolvidos.

Caminho metodológico

A investigação fenomenológica no geral segue três aspectos: os limites do que e de quem é pesquisado; os procedimentos para coleta dos dados; a estrutura das análises de natureza fenomenológica (SANDERS, 1982). Delineamos a Bacia Amazônica e os ribeirinhos e indígenas como unidade e objetos de análise. Para coleta de dados, duas etapas foram cumpridas. A primeira se pautou no levantamento bibliométrico na base de dados *Web of Science*, envolvendo as palavras-chave “Amazônia, usinas hidrelétricas, conflitos” - incluindo na busca *Amazon, hydroelectric plants e conflicts* - no idioma inglês. Nesta etapa foram identificados 16 trabalhos. Foram selecionados trechos desses artigos que representassem significados importantes ao objeto investigado. Os trabalhos foram qualificados de T1 a T16 nas análises dos resultados. A segunda se baseou no tratamento e análise de dados. Adotando uma atitude fenomenológica, buscamos evidenciar explicitamente a estrutura implícita e os sentidos identificados como experiências de indígenas e ribeirinhos na situação de conflitos com hidrelétricas, envolvendo as águas. Com essa atitude, buscamos o que pode ser qualificado como “essência”, descrevendo o *phenomena* e escolhendo as experiências investigadas mais relevantes (HUSSERL, 2012).

Em seguida, esquematizamos três etapas do que aqui consideramos como redução fenomenológica: 1ª. revelação de sentidos – identificação dos sentidos decorridos das experiências expressas nos textos investigados. Em outras palavras, saímos da atitude natural de julgamento, pusemos o mundo em um *bracketing (epoché* ou suspensão) para nos fiarmos nos sentidos que as experiências fizeram emergir; 2ª. redução eidética – na perspectiva dos sentidos emergidos na primeira etapa, buscamos revelar as realidades subsistentes (também qualificadas como *eidós*), deixando o fenômeno individual para atingir uma *invariância* de sentidos desvendados nas categorias; 3ª. *redução transcendental* - como última etapa, procuramos transcender os sentidos já emergidos a uma magnitude mais *universal*, para descobrir a unicidade do fenômeno de maneira atemporal. Esse formato tripartite husserliano é proposto por autores como Sanders (1982) e Alvesson e Skoldberg (2000).

Os processos aludidos desvendaram uma quantidade significativa de experiências e indicações simbólicas, o que permitiu a construção de um texto de natureza fenomenológica, envolvendo sentidos, invariâncias dentro de tais sentidos e, em decorrência, achados mais universais.

A dimensão dos sentidos dos riscos para ribeirinhos e indígenas quando da construção de usinas hidrelétricas – conflitos, insegurança e morte

A partir de uma interpretação fenomenológica dos achados, aqui propomos duas expressões simbólicas do que ocorre com os ribeirinhos, no contexto da insegurança envolvendo águas, riscos e conflitos decorrentes instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia: o silenciamento; a morte fenomenológica.

Hidrelétricas e silenciamento

Licenciamento como falácia. O licenciamento ambiental mostra-se uma arena na qual a lei ambiental e as instituições são utilizadas para legitimar decisões já deliberadas e que desconsideram o que as comunidades vulneráveis têm a dizer:

Apesar de o Brasil já contar com legislação ambiental, aparato institucional e técnico operacional de proteção ao meio ambiente, há recrudescimento de um tratamento insensível e irresponsável dos impactos sociais e ambientais de grandes barragens. Realizam-se processos de licenciamento ambiental de maneira altamente questionável (T4).

Inexistência de comunicação do risco. A relação do ribeirinho e do indígena com os projetos de instalação de plantas hidrelétricas se mostra altamente verticalizada. Com o apoio do poder executivo, há um processo de silenciamento como parte da estratégia das empresas, que são obrigadas a seguir o rito legal que envolve os licenciamentos ambientais, mas nem por isso cumprindo-o na perspectiva da sustentabilidade e do respeito aos povos originários:

Audiências públicas, conselhos de desenvolvimento, câmaras técnicas e demais instrumentos formais de participação popular não se traduzem em maior democratização, as decisões já vêm tomadas. Os movimentos ambientalistas, o MPF e a igreja católica possuem poderes insuficientes para influenciar os resultados do conflito ao redor da UHE (T1). O indígena pouco compreende a forma como são colocados os projetos, pois utilizam linguagem inadequada. A condução do projeto se dá sem incentivo à participação popular. O papel de protesto e ativismo de ONGs é absolutamente necessário para garantir que os direitos indígenas sejam respeitados e os aspectos culturais sejam mais bem considerados no EIA (T9).

Riscos subdimensionados. Os riscos que envolvem a instalação de uma usina hidrelétrica são pré-definidos pelos decisores dos projetos, não exatamente resultam de um debate técnico e social. A vulnerabilidade dos indígenas e ribeirinhos não é observada, nem são mensurados os riscos que poderiam ser considerados aceitáveis por estes:

As populações que estão mais sujeitas aos riscos gerados pelas construções de UHEs são aquelas com menos condições de influenciar os processos decisórios referentes a esses projetos. A definição dos riscos aceitáveis para a população que habita o território ao redor desse tipo de obra continua sendo tomada pelo governo, em parceria com o setor privado (T4).

A população é vista apenas como um dos itens de externalidade do empreendimento. Indígenas são percebidos como animais. Os impactos a jusante são geralmente subestimados e mal considerados pelos proponentes de barragens e nas avaliações de impacto. Faltam cientistas sociais,

principalmente antropólogos, os programas de compensação deixam de considerar aspectos culturais cruciais (T14).

Ouvidos moucos. O indígena, os ribeirinhos e a sociedade civil organizada travam um embate comunicativo com as instâncias de poder, tentando expressar o que tais riscos significam para eles, mas são barrados pelo argumento de que a produção hidrelétrica é necessária ao país:

Existe uma “blindagem” política do governo e do empreendedor, proporcionada pelo argumento da “segurança nacional” e que lhes confere bastante autonomia para decidirem os rumos da política energética brasileira, independentemente das críticas e denúncias da sociedade civil (T8).

O poder judiciário se posiciona frente às omissões das questões sociais e ambientais da política energética brasileira. Independentemente dos inúmeros protestos, denúncias a ações civis públicas de ONGs, movimentos sociais e MPF, os juízes brasileiros, principalmente aqueles das instâncias intermediárias e superiores do judiciário, em geral, invocam a utilidade pública das UHE (T1).

Os trechos revelam sentidos que nos alertam o quanto a legislação ambiental brasileira é utilizada de maneira a legitimar interesses econômicos e políticos que pouco consideram os riscos ambientais e que envolvem as comunidades quando da instalação de plantas hidrelétricas. Emergiram alguns sentidos preocupantes: 1. A política energética brasileira nada tem de sustentável e usa a terminologia sustentabilidade de maneira falaciosa; 2. A visão que o governo brasileiro possui acerca dos indígenas é de que são selvagens incapazes, não se distanciando do formato adotado no período de ocupação portuguesa; 3. Os riscos são tecnicamente definidos pelo empreendedor e subdimensionados, ou desconsiderados em sua perspectiva sociocultural, de maneira intencional, no âmbito do processo de licenciamento. Isso tem levado a sociedade civil organizada a se mobilizar em defesa dos vulneráveis envolvidos.

A matriz hidrelétrica vem sendo historicamente colocada pelo Brasil como uma produção ambientalmente responsável e uma fonte de energia limpa. Os grandes projetos de implantação das plantas foram desenvolvidos na Amazônia dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com significativa campanha do governo federal junto à opinião pública brasileira e em diferentes fóruns internacionais. O cerne da campanha se baseia no argumento da sustentabilidade dessa modalidade e na necessidade energética do país. Tal discurso tem sido duramente criticado por pesquisadores e ambientalistas (MARGARIT, 2013; BATISTA; SOUZA, 2017), inclusive porque o país possui uma capacidade instalada para ampliar em vinte vezes o atual modelo eólico, muito menos agressivo ao meio ambiente (SILVA, 2019; INÁCIO et al, 2019).

Emergiu em nosso trabalho uma invariância principal - a rotulação da energia hidrelétrica como "verde" é falaciosa e traduz ontologicamente uma arena de interesses e conflitos. Outra invariância que parece chave é que há um esforço de "silenciar" os afetados, que pouco compreendem a respeito dos riscos que envolvem os empreendimentos e que precisam da ajuda da sociedade civil organizada para criar uma linha de defesa e visibilidade. Mas mesmo o Ministério Público, as ONGs e as organizações religiosas que entram no embate perdem a batalha, porque também representam um lado mais frágil. O governo federal age em parceria com grupos econômicos e sistema judiciário, que no geral legitima as construções sob o argumento da necessidade de desenvolver energeticamente o país.

A morte fenomenológica

Do silenciamento ao desfalecimento. As falas demonstram que o processo de silenciamento dos vulneráveis indígenas e ribeirinhos ocorre não apenas no período inicial dos conflitos, ele vai se ampliando de maneira paulatina ao longo do processo:

Percebe-se um processo de desmobilização da luta pela interrupção da UHE, principalmente entre algumas etnias indígenas, que se beneficiam dos planos de compensação socioambiental do empreendimento, por meio do recebimento de grandes volumes de recursos financeiros e bens materiais. Com a amenização do repertório contencioso utilizado pelos indígenas, os movimentos ambientalistas perdem legitimidade nas suas demandas por paralisação da obra. Os conflituosos processos de desapropriação, indenização e reassentamento de milhares de pessoas na região também possuem um efeito desmobilizador, visto que o indenizado e/ou reassentado, ao aceitar a indenização e/ou o reassentamento, simbolicamente enfraquece a luta contrária à obra, sinalizando que esse é o único caminho a seguir, sem resistência (T7).

Ante a desmobilização de grupos sociais que tradicionalmente lutaram pela paralisação da obra, os movimentos ambientalistas se veem diante da realidade de terem que reorientar sua atuação para o monitoramento da política do reassentamento (T12).

O começo do fim. As alterações nos territórios indígenas refletem em rupturas de diferentes tipos, com variados desdobramentos:

Não se considera todas as partes interessadas locais de uma maneira que respeite suas estruturas de governança tradicionais para encontrar soluções culturalmente adequadas para evitar conflitos entre os clãs. Há culturas que dividem internamente o poder entre homens e mulheres indígenas e os projetos convidam apenas homens para representar as etnias. Essa falta de atenção dada às questões de governança, de gênero e outros aspectos desfiguram as estruturas de poder social (T12).

Ocorre um processo de (des) territorialização, diretamente ligado ao processo de exclusão, com a retirada de populações atingidas por reservatório de hidrelétricas. Ao serem reassentadas em um novo local, entram no processo de (re) territorialização, ou seja, formação de novos territórios, o que resulta em um (re) ordenamento territorial marcado pelo rompimento da forma de organização anteriormente exercida e que nem sempre será restituída, emergindo outras formas de (re) organização (T15).

A ruptura do modo de organização territorial é reafirmada pelo quadro de insatisfação, o desenvolvimento das principais atividades de subsistência fica pior, pois há perda de área produtiva. A base econômica das comunidades ribeirinhas está ligada à água e à terra. Há, principalmente, perda do perfil histórico e cultural (T15).

O fim. Os efeitos das obras no processo de construção são calamitosos, com impactos nos territórios indígenas e de ribeirinhos:

Ocorre grande aumento de criminalidade e violência na região, as cidades se tornam palco de altos índices de violência. Milhares de homens migram para áreas próximas ao canteiro, havendo significativo aumento de casos de abusos sexuais a mulheres (T2).

Há aumento da prostituição, alcoolismo, surgimento de novas doenças e invasão das terras devido à proximidade das terras indígenas com o canteiro de obras. Entre os primeiros impactos da barragem há o declínio dos estoques de peixes e episódios de matança de peixes. Devido ao aumento pressão de desenvolvimento sobre os territórios indígenas, a caça torna-se mais escassa, devido à perda de habitat e ao influxo de não indígenas trabalhadores durante a construção da barragem (T5).

Ao finalizar as obras, um cenário de **morte social** se delineia, em especial nos reassentamentos daqueles que são des-territorializados:

As atividades no novo local não são e nem poderiam ser restituídas, pois as condições são outras, a várzea fica submersa no reservatório, perde-se a beleza natural. Investimentos como a construção de estruturas para atendimento e melhoria da qualidade de vida da população (escola, posto de saúde, melhores vias de acesso entre outros) não são capazes de reestabelecer a dinâmica econômica local anterior (T16).

As práticas tradicionais têm sido em grande parte descontinuadas. A transmissão intergeracional do conhecimento da agricultura tradicional é afetada. Conhecimento tradicional dos povos indígenas, modos de subsistência, cosmologia e seus ambientes são todos intrinsecamente inter-relacionados e se perdem em grande medida nos reassentamentos (T2). Há rupturas no tecido social interno entre clãs indígenas, talvez mais prejudiciais que a própria barragem, especialmente nos novos territórios. Um problema com a monetização das compensações é que o dinheiro não mitiga a maioria dos impactos e, de fato, um grande influxo de dinheiro pode gerar muitos mais problemas que compensações aos indígenas. Infelizmente, autoridades de licenciamento, empresários e até mesmo as comunidades impactadas costumam ter a visão de que jogar dinheiro na comunidade resolverá a violência a que os indígenas estão submetidos (T10).

A pobreza e a aculturação emergem como desfecho:

Nos novos territórios não há um retorno às técnicas agrícolas tradicionais, impactando negativamente na reprodução cultural. Sobre alimentação, a tradicional coleta de frutas do mato e de mel nativo também é afetada, não apenas pela barragem, mas também devido ao agronegócio, por sua expansão e grande quantidade de produtos químicos usados nessas monoculturas. Como resultado, há uma mudança significativa nos hábitos alimentares, com a maioria dos alimentos agora sendo comprados em cidades vizinhas, em vez de produzidos ou coletados localmente. A mudança na dieta dos povos indígenas leva a um aumento da obesidade, diabetes, hipertensão e outras doenças relacionadas ao estilo de vida e também a um aumento na quantidade de lixo nas aldeias e uma mudança nas redes tradicionais de compartilhamento de alimentos e, conseqüentemente, há perdas no capital social da comunidade (T6).

Há uma imposição cultural sobre hábitos de produção e alimentação, consumo de novos itens (carne, ovos) são o único caminho possível. Os bens móveis e imóveis originados nos recursos de compensação são perdidos com a falta de assistência técnica no pós-período do projeto. As capacitações são inadequadas e os projetos são abandonados. Os indígenas entram em um processo de empobrecimento econômico e cultural (T13).

Há grandes impactos na autoidentidade, levando à apatia e ao desespero, dificultando a luta por direitos (T5).

Os trechos expõem sentidos imbricados entre si, sinalizando que indígenas e ribeirinhos sofrem de maneira alarmante, após todo o processo de conflitos, “negociação” e realocação em novas áreas:

1. Violências - no processo de construção das hidrelétricas, tanto para comunidades envolvidas como para a floresta; 2. Desfalecimento - os conflitos se reduzem ao longo do tempo devido à desmobilização

da luta pelos benefícios que algumas etnias indígenas recebem de compensação socioambiental, bem como devido à desapropriação, indenização e reassentamento dos antigos ribeirinhos; 3. Apatia e desespero - a sociedade civil organizada e o ministério público perdem força após os reassentamentos, pois os principais interessados se tornam passivos e silenciam em seus pleitos iniciais; 4. Desagregação social e morte cultural - os novos territórios não conseguem manter a unidade fenomenológica de outrora. Perdem-se técnicas de plantio, costumes alimentares, relação com o divino. Muda-se completamente a relação com a terra e com as águas, o que se traduz em perda da identidade e de capacidade de defesa.

Os sentidos levantados nos convidam a superar a visão tradicional que vincula território meramente à materialidade. O território pode ser discutido como um espaço de matriz sociocultural na compreensão de diferentes dinâmicas (CLAVAL, 1999). Aqui nos vinculamos a visão de territorialidade que considera a experiência vivida e as relações sociais decorrentes e que se ancora, epistemologicamente, na fenomenologia (PICKLES, 1985). O que vivenciam os indígenas e os ribeirinhos (ou ex-ribeirinhos) guarda grande conexão com a visão emergente de “território fenomenológico”, envolvendo vínculos e apropriação simbólicos, subjetividades e identidade dos sentidos (PAULA, 2011). Grupos mais vulneráveis geralmente formam “comunidades imaginárias” nesses territórios e possivelmente constroem conjuntamente experiências comuns para o enfrentamento ante riscos comuns (HOLSTEIN; MILLER, 1993).

Resulta claro que o processo de intervenção junto às comunidades originais representa uma violência aos territórios fenomenológicos, em suas simbologias, identidades, construções sociais e culturais. Emergiram invariâncias nos dados que vão ao encontro dessas considerações: 1. A construção de hidrelétricas retira indígenas e ribeirinhos da proteção natural que a selva proporciona, expondo-os a um sem número de riscos de violências, sobretudo culturais, sociais e econômicas; 2. As compensações econômicas são extremamente prejudiciais, por não haver capacidade de gerenciá-las por parte dos beneficiados, por reduzir a capacidade de luta contra as agressões e por legitimar que toda uma riqueza herdada historicamente pode ser compensada por um valor econômico que, ao fim, significa pobreza, violência e morte para os envolvidos.

Para ilustrar ontologicamente esses achados, basta mencionar duas situações emblemáticas: o processo de reassentamento das comunidades ribeirinhas ao longo do rio Madeira, quando da construção das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, e o reassentamento das nações indígenas existentes ao longo do rio Xingu, com a instalação da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. No primeiro caso, após a construção das hidrelétricas no rio Madeira, os ribeirinhos foram levados para

bairros planejados como Nova Mutum Paraná, em Porto Velho/RO. Nesses locais ocorreu claramente o rompimento do modo de vida mais tradicional, nos aspectos social, cultural e de subsistência econômica e alimentar, confirmando os achados do presente estudo. Houve ampliação de desagregação social, taxas de suicídios, homicídios e outros fenômenos sociais decorrentes da desterritorialização (BERNARDO, 2019; CAVALCANTI; TORQUATO; DIAS, 2020). No caso dos indígenas do Xingu, além da fragmentação cultural, havendo perda sem volta do patrimônio imaterial, como sítios arqueológicos, cemitérios e locais sagrados, vem ocorrendo morte no sentido literal – a população das etnias realocadas vem diminuindo pela escassez de pescado e alterações profundas no estilo de vida (BARBOSA; GIONGO; MENDES, 2018; MARINHO et al, 2019).

EM BUSCA DA TRANSCENDÊNCIA

Fora da tradição positivista, Husserl (2012) sustenta a visão de que se faz prioritário alocar o mundo entre parênteses (epoché) para efetuar o procedimento de transcendência, que traz em seu âmbito uma posição de universalidade, numa autêntica procura pela essência do fenômeno. De forma transcendental e, por isso mesmo, universal, imanente, manifestaram-se duas grandes estruturas de significados essenciais neste trabalho. Inicialmente, resta claro que o governo brasileiro mantém a mesma relação violenta com os indígenas quando comparado a Portugal, no período da colonização portuguesa. Observando as lições do Professor Darcy Ribeiro (2015), a estratégia utilizada pelo governo federal e empresas do setor energético para ocupação dos territórios indígenas pouco mudou: imposição comunicativa, cunhadismo (violência sexual contra mulheres indígenas e ribeirinhas, que no contexto moderno ocorre nos canteiros de obra das hidrelétricas), invisibilização intencional, desconstrução cultural, intercâmbio do território por objetos sem valor (mesmo o pagamento pecuniário) e imposição ao indígena e comunidades de uma ampla gama de situações culturais novas, bem como exposição à doenças – agora não mais viroses de origem europeia, mas obesidade, alcoolismo, depressão etc.

Uma segunda estrutura de caráter mais universal é que é na esfera dos sentidos, costumes e capacidade de reprodução sociocultural que ocorrem os maiores riscos de danos aos povos originários, sejam eles comunidades ou tribos indígenas. Assim, o processo de des-territorialização de áreas naturais das comunidades examinadas para grandes obras de infra-estrutura impacta expressivamente na dimensão simbólica. E possivelmente os interessados políticos e econômicos sabem e se valem desse dano sem volta no animus simbólico dos vulneráveis para desrespeitar as leis que protegem o meio ambiente, incluindo aqui os tratados internacionais nos quais o Brasil é signatário, constituídos para proteger os territórios indígenas. Por ter como padrão comportamental o “desistir da luta”, os grupos

econômicos que estão por trás da matriz hidrelétrica no Brasil devem saber que não importa a dimensão e a extensão temporal dos danos causados, os afetados mergulharão em profundo silêncio, em um processo de entropia destrutiva de si mesmos após alguns anos dos primeiros conflitos. Esse parece ser um padrão na Amazônia.

Conclusões

O artigo atendeu ao objetivo de analisar experiências de indígenas e ribeirinhos, no contexto da segurança hídrica, riscos e conflitos decorrentes instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia. Diante de tudo o que foi levantado e discutido, algumas contribuições do trabalho merecem ser enfatizadas. Em uma perspectiva conceitual para o termo “segurança hídrica”, considerando que a dimensão dos conflitos está prevista na definição genérica da ONU, aqui identificamos que a visão de risco deve ser colocada não apenas para possíveis eventos extremos vinculados às águas. Os riscos socioculturais deveriam ser formalmente incluídos no conceito, uma vez que verificamos no estudo que a água é um elemento identitário único para o amazônida.

Ainda numa contribuição teórica, o estudo demonstra o quanto a fenomenologia pode dialogar com as tradições mais críticas do conhecimento organizacional. A despeito da tradicional divisão epistemológica entre estudos críticos e abordagens mais subjetivas (e aqui não nos atemos apenas à fenomenologia, mas também às outras variantes interpretativistas), ao discutir o território em uma perspectiva simbólica nosso estudo aponta sinais de que uma maior confluência entre duas *epistemes* aparentemente opostas pode trazer significativa contribuição para o conhecimento. O Professor Milton Santos, geógrafo crítico por excelência, já havia compreendido isso, ao conceber o território não como forma definitiva e organizada do espaço, mas como uma herança local articulada com um processo histórico e sociocultural de construção (SANTOS, 2005). Advogamos pela emergência de uma fenomenologia crítica para compreender processos tão complexos, por mais difícil que seja construir análises com base na materialidade, conjuntamente com lentes mais subjetivas. De maneira bem recente, essa afluência vem sendo aventada pelos teóricos fenomenologistas (SALAMON, 2018; GUENTER, 2020).

Nosso estudo é, talvez, mais um ponto de partida que uma linha de chegada, na discussão sobre segurança hídrica e construção social dos riscos na Amazônia. Faz-se prioritário ampliar estudos organizacionais sobre territórios e sobre processos de des-territorialização, que fazem parte da ação governamental em muitos casos. O palco territorial pode revelar estruturas de sentidos e horizontes materiais (PAULA, 2011) e se mostra uma rede de itinerários simbólicos (BERNARDES; AGUIAR, 2020). Análises sobre a natureza fenomenológica dos territórios e seus impactos em políticas públicas

ainda representam uma lacuna para a administração pública. Remanescem fronteiras que vêm se conformando como uma nova matéria de análise e há imenso espaço para examinar aspectos simbólicos, processos identitários, de subjetividade e de intersubjetividade.

Como contribuição prática, destacamos que os riscos que envolvem a destruição da cultura amazônica estão ocasionando efeitos devastadores para o Brasil – estamos perdendo o patrimônio imaterial de nossos indígenas e comunidades ribeirinhas e, com isso, práticas que poderiam salvar vidas e até gerar inovações para o país. E o sentido de morte, aqui, precisa ser visto de maneira ampla. A floresta representa um dos últimos rincões naturais do planeta, as escolhas que fizermos na atualidade refletirão para toda a humanidade, atual e futura.

Para encerrar, aqui realçamos uma das falas dos índios Juruna, quando da construção Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Nós, índios Juruna, da Comunidade Paquiçamba, nos sentimos preocupados com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Porque vamos ficar sem recursos de transporte, pois onde vivemos vamos ser prejudicados porque a água do rio vai diminuir como a caça, vai aumentar a praga de carapanã com a baixa do rio, aumentando o número de malária, também a floresta vai sentir muito com o problema da seca e a mudança dos cursos dos rios e igarapés... [...]. (SEVÁ FILHO, 2005, p. 74)

Em sua simplicidade, a expressão bem nos mostra o quanto a visão de segurança hídrica se vincula ao sentimento de risco que envolve essas comunidades. Traz consigo, também, todo o caminhar rumo à morte que delineamos em nosso estudo. Repensar a matriz energética que queremos para nosso país deve envolver reflexões sobre rotas e direções que estamos adotando enquanto povo, em múltiplos níveis, o que necessariamente deve incluir nossos povos originários e a riqueza que estes representam para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, T.; CROOTOF, A.; SCOTT, C.; The water-energy-food nexus: a systematic review of methods for nexus assessment. *Environmental Research Letters*. v. 13. n. 4. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/aaa9c6>. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aaa9c6>. Acesso em: 05 out. 2020.

ALVESSON, M.; SKOLDBERG, K. *Reflexive methodology: new vistas for qualitative research*. London: Sage, 2000.

BARBOSA, F. E. F.; GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R. Construção de hidrelétricas e populações atingidas no Brasil: uma revisão sistemática. *Aletheia*, v. 51, n. 1 e 2, p.165-176. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/4920> Acesso em: 10 out. 2020.

BATISTA, C. G.; SOUZA, D. S. Perfil econômico de Rondônia pós-instalação das usinas hidrelétricas do rio madeira. In: XIX ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Dez. 2017. São Paulo. Anais [...]. São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/451.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

BECK, U. *Ecological politics in an age of risk*. New York: John Wiley & Sons, 2015.

BERNARDES, A.; AGUIAR, F. O território como experiência: ensaio de geografia fenomenológica existencial. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente* v. 2, n. 42, Número Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 44-62, junho, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/7882/5681> Acesso em: 20 set. 2020.

BERNARDO, C. de P. O Processo decisório em reassentamentos forçados de atingidos por barragens: o caso de nova mutum Paraná. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Rondônia. Porto velho. 2019. 130f. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3023>. Acesso em: 01 Jan. 2020

BURZYNSKI, J.; BURZYNSKI, T. *Taming risk: uncertainty, trust and the sociological discourse of modernity*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014.

CARVALHO, K. M. Seguridad hídrica internacional: Insights desde el enfoque precautorio In: MINAVERRY, C. M.; ECHAIDE, J. (Coord). *Revista Jurídica de Buenos Aires*. V. 1 Numero “Derecho de Aguas y Derecho Ambiental”, p. 189-210,2016 Disponível em: http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_juridica/pub_rj2016-i.php Acesso em: 05 Jan. 2017.

CARVALHO, K. M. Governança de riscos hidro-climáticos na Amazônia Sul - Ocidental: em busca de um modelo sistêmico alternativo. 2019. Tese doutorado. (Doutorado em Administração) - Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2019a. 302 f. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/32152/1/Kleverton%20Melo%20de%20Carvalho.pdf>. Acesso em: 09 set. 2019

CARVALHO, K. M. The global water security: an approach for multilevel governance on hydric resources. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*, v. 13, n. 1, p. 57-78, 2019b. Disponível em:

https://econpapers.repec.org/article/idsijisde/v_3a13_3ay_3a2019_3ai_3a1_3ap_3a57-78.htm Acesso em: 03 mar. 2020.

CARVALHO, K. M. *et al.* Rio abaixo, rio acima: o pescador, o rio e os riscos no baixo são francisco. *Ambiente & Sociedade* [on-line], v. 23, e00931, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180093r1vu202011ao>. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/asoc/v23/pt_1809-4422-asoc-23-e00931.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

CAVALCANTI, E.; TORQUATO, C. C. A.; DIAS, K. W. da S. As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau: dano socioambiental e seus reflexos sobre o reassentamento Nova Mutum Paraná. *REJUR - Revista Jurídica da Ufersa*, Mossoró, v. 4, n. 7, jan./jun., p. 173-192, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/rejur/issue/download/231/Leia%20a%20Edi%C3%A7%C3%A3o%20Completa>. Acesso em: 25 out. 2022.

CLAVAL, P. O território na transição pós-modernidade. *GEOgraphia*, v. 1, n. 2, p. 7-26, 1999.

COSTA, E. R.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; ROCHA, G. de M. Conflitos socioambientais e perspectivas de governança em Unidades de Conservação: o caso da Floresta Estadual do Amapá, Amazônia, Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 49, dezembro, p. 83-107, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v49i0.57983>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/57983/37459>. Acesso em: 26 out. 2020

DOUGLAS, M. *Risk and blame*. Routledge, 2013.

FEARNSIDE, P.M. Hidrelétricas na Amazônia brasileira: questões ambientais e sociais. p. 7-22. In: FEARNSIDE, P.M. (ed.). *Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras*. Vol. 3. Editora do INPA: Manaus. 2019 148 p.

GIORGI, A.; SOUSA, D. *Método fenomenológico de investigação*. Lisboa: Editora Fim de Século, 2010.

GUENTHER, L. *Critical Phenomenology*. In: WEISS G., MURPHY A., & SALAMON G. (Eds.), 50 *Concepts for a Critical Phenomenology*. EVANSTON, ILLINOIS: Northwestern University Press. p. 11-16, 2020. DOI:10.2307/j.ctvmx3j22.6.

HALL, J. W.; BORGOMEIO, E. Risk-based principles for defining and managing water security. *Philosophical transactions. Series A, Mathematical, physical, and engineering sciences*, v. 371, no 2002, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1098/rsta.2012.0407>. Disponível em: <https://royalsocietypublishing.org/doi/pdf/10.1098/rsta.2012.0407> . Acesso em: 04 maio 2020.

HOLSTEIN, J.; MILLER, G. *Reconsidering social constructivism: Debates in social problem theory*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.

HOPKIN, P. *Fundamentals of risk management: understanding, evaluating and implementing effective risk management*. London: Kogan Page Publishers, 2017.

HOWELL, K. E.; *An Introduction to the Philosophy of Methodology*. London: Sage Publications, 2013.

HUSSERL, E. Ideas: General introduction to pure phenomenology. New York: Routledge, 2012.

INACIO, A. R. et al. O aproveitamento da energia eólica. Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, v. 8, n. 2, 2019.

LUHMANN, N. Risk: a sociological theory (communication and social order). New Jersey: Transaction Publishers, 1993.

LUPTON, D. Risk. 2. ed. London, Routledge, 2013.

MAÑEZ, M. et al. Risk Perception. In: AERTS, J.; JAROSLAV, M. Novel Multi-Sector Partnerships in Disaster Risk Management. Brussels: Project ENHANCE, p. 51-67, 2016.

MARGARIT, E. As armadilhas do discurso que envolve o processo de implantação de usinas hidrelétricas na amazônia. *Ciência Geográfica*. Bauru, v. 17, n. 1, Janeiro/Dezembro, p. 150-163, 2013. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVII_1/agb_xvii1_versao_internet/agb_12_jandez2013.pdf Acesso em: 04 maio 2020.

MARINHO, V. de N. M. et al. Hidroelétricas na Amazônia brasileira: considerações sobre os impactos na pesca artesanal nos rios xingu (Pará) e araguari (Amapá). *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 53, 2019.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Water security and the global water agenda: a un-water analytical brief. United Nations University Institute for Water, Environment & Health (UNU-INWEH). Ontario, 2013. 47p. Disponível em: <https://www.unwater.org/publications/water-security-global-water-agenda/> Acesso em: 10 out. 2020.

PAULA, F. C. de. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. *GeoTextos*, v. 7, n. 1, 2011.

PICKLES, J. Phenomenology, science, and geography: spatiality and the human sciences. Cambridge University Press. 1985.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora: 2015. 368 p.

SALAMON, G. What's critical about critical phenomenology?. *Journal of Critical Phenomenology*. v. 1, n. 1, p. 8-17. 2018.

SANDERS, P. Phenomenology: A new way of viewing organizational research. *Academy of management review*, v. 7, n. 3, p. 353-360, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.5465/amr.1982.4285315>. Acesso em: 20 out. 2020

SANTOS, M. O retorno do território. In: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6, n. 16, jun. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf> . Acesso em: 20 out. 2020.

SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (org.). Tenotã - mãe: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: IRN, cap. 3, p. 74-90. 2005. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/499> Acesso em: 23 out. 2020

SILVA, A. J. V. de C. Potencial eólico offshore no brasil: localização de áreas nobres através de análise multicritério. 2019. Dissertação (mestrado em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2019. 90p.

STADDON, C.; JAMES, N.; Water Security: A Genealogy of Emerging Discourses. In: SCHNEIER-MADANES, G. Globalized Water: A Question of Governance. Springer Netherlands: 2014. p. 261-276. DOI 10.1007/978-94-007-7323-3.